



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3



**Processo nº:** 15.962/08

**Apenso nº:** 097.000.257/08

**Jurisdicionada:** Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF

**Assunto:** Prestação de Contas Anual - PCA

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas - SECONT

**MP:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Advogadas:** Dr<sup>a</sup>. Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF nº 18.641) e Dr<sup>a</sup>. Ana Paula de Albuquerque Gonçalves (OAB/DF nº 39.938)

**Sessão:** Pauta nº 38, S.O. nº 4870, de 2.6.2016

**Publicação:** DODF nº 101, de 30.5.2016, pág. 50

**Ementa:** Prestação de Contas Anual dos Administradores da Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF, referente ao exercício de 2007. O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalvas. NO TRIBUNAL foi determinada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 2.931/13-CSPM). Apresentação de razões de justificativa. PARECERES CONVERGENTES: Improcedência das razões de justificativas. Irregularidade das contas de alguns responsáveis. Regularidade das contas dos demais. VOTO DIVERGENTE: procedência parcial das razões de justificativas e regularidade de algumas contas e regularidade, com ressalva, das demais. Lavratura de acórdão.

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual dos Administradores da Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF, referente ao exercício de 2007.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados no quadro abaixo:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

Nome	Cargo	Período (2007)
Paulo Víctor Rada de Rezende	Diretor-Presidente	1º/1 a 3/1
José Gaspar de Souza	Diretor-Presidente	4/1 a 31/12
Alexandre Gonçalves	Diretor de Administração	1º/1 a 29/1
Antônio Manoel Soares	Diretor de Operação e Manutenção Diretor de Administração	1º/1 a 29/1 30/1 a 31/12
Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes	Diretor Técnico	1º/1 a 29/1
Celso Renato Pitanguy Lucena	Diretor Técnico	30/1 a 31/12
Cairo Ramos	Diretor Financeiro e Comercial	1º/1 a 31/12
José Dimas Simões Machado	Diretor de Operação e Manutenção	30/1 a 31/12

3. O valor do ativo do METRO-DF, em 31.12.2007, monta em R\$ 1.829.372.853,00 (fl. 56 do processo apenso).

4. O Controle Interno atestou a regularidade das contas, com ressalvas, conforme Certificado de Auditoria nº 72/2008 – DIRAG/CONT (fls. 557/558).

5. O Tribunal, na Sessão de 25.6.2013, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.931/13 (fl. 100), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 2.931/13 (CSPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 428/2012 – PRE e anexo (fls. 87/88); II. ter por cumprida a Decisão nº 5.650/2012; III. **determinar a audiência dos responsáveis nominados no parágrafo 5º da Informação nº 59/13 (fls. 92/93), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa** em face das seguintes ocorrências apontadas no Processo nº 11.679/2007 (Acórdão nº 016/2010), ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares, na forma do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/94: a) criar situação emergencial; b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.; c) contratar serviços com preços acima daquele que seria obtido por meio de regular procedimento licitatório; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de estilo.*

*Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO e PAULO TADEU e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*representante do MPjTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”*

6. Devidamente comunicados, os Srs. Cairo Ramos, Antônio Manoel Soares, José Gaspar de Souza, Celso Renato Pitanguy Lucena e José Dimas Simões Machado apresentaram as razões de justificativa de fls. 146/222 e 228/245.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 394/2015 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 284/311), analisa a matéria, nos termos seguintes:

#### ***“I – EXAME DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA***

##### ***Razões de justificativa dos senhores Cairo Ramos e Antônio Manoel Soares***

10. Após apresentarem breves considerações sobre a tempestividade da manifestação e fazerem uma síntese dos fatos, os justificantes esclarecem que foram responsabilizados por ratificarem a contratação emergencial inquinada, juntamente com os demais membros do Órgão Colegiado do METRÔ-DF, e alegam, no mérito, que a competência para reconhecer e autorizar as situações de dispensa de licitação seria ato exclusivo do Presidente da Companhia (fls. 147/148).

11. No mesmo diapasão, asseveram que compete à Diretoria Colegiada somente a ratificação dos atos praticados pelas diretorias, de forma que seria impraticável que os seus membros analisassem tecnicamente os expedientes submetidos à sua aprovação (fl. 148).

#### ***ANÁLISE***

12. O Estatuto Social do Metrô/DF estabelece, em seu art. 17, que as decisões da Diretoria Colegiada são tomadas por maioria de votos. Portanto, ao ratificar a contratação emergencial, esse colegiado deu o aval para a concretização da contratação. Demais isso, não é crível conceber seja um assunto levado à apreciação de um órgão por mera formalidade, dispensando-se qualquer análise crítica do objeto sob parecer. Em consequência, a argumentação feita não socorre aos justificantes.

#### ***ARGUMENTAÇÃO***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

13. *Afirmam que a análise da viabilidade da contratação emergencial foi previamente elaborada por equipe especializada e que a legalidade foi submetida ao crivo da Procuradoria Jurídica do METRÔ-DF, cujo parecer teria sido favorável à dispensa de licitação. A esse respeito, entendem que o agente público não pode sofrer sanção por ter atuado ao abrigo de tal parecer. (fl. 149).*

14. *Nesse sentido, transcrevem trecho do Acórdão nº 748/2011 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, o qual tece considerações acerca da consultoria ou assessoria jurídica (fls. 149/150).*

### **ANÁLISE**

15. *Os pareceres técnicos não vinculam a ação do administrador, isto é, apenas expressam o entendimento acerca de um fato e tampouco se prestam a afastar a responsabilidade do dirigente.*

16. *No mesmo sentido, a existência de parecer jurídico opinando pela regularidade da contratação não obriga o gestor, como já analisado no Voto do Conselheiro Relator, condutor da Decisão nº 1.097/2011, prolatada no Processo nº 11.679/2007. Consignou-se, ainda, no aludido voto, ser esse o entendimento firmado pelo egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, conforme se depreende da leitura dos Acórdãos nºs 19/02 – Plenário<sup>2</sup> e 364/03-Plenário<sup>3</sup>. Em consequência, não socorrem aos justificantes esses arrazoados.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

17. *Ponderam que não atuaram como signatários do contrato emergencial, o que elidiria qualquer responsabilização dos justificantes. Nesse sentido, afirmam que a responsabilidade é subjetiva e que não há nexo de causalidade entre o suposto dano e a conduta por eles praticada, a qual deverá ser apurada individualmente (fl. 150).*

18. *A respeito do tema, transcrevem excerto de voto da lavra do Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, extraído*

<sup>2</sup> “(...) Tem o administrador obrigação de examinar a correção dos pareceres, até mesmo para corrigir eventuais disfunções na administração (...).”

<sup>3</sup> “(...) vale salientar que o parecer é opinativo e não vincula o administrador. Este tem o comando da empresa e assume a responsabilidade de sua gestão. Se se entendesse de forma diversa, estar-se-ia considerando que o parecer jurídico é um alvará para o cometimento de ilícitos, o que constitui um absurdo. O dirigente de uma Companhia possui o comando da máquina administrativa e deve estar ciente de todas as decisões que adota, independentemente da natureza delas. O administrador público não é simplesmente uma figura decorativa na estrutura da empresa. Ao contrário, deve ter uma postura ativa no comando da empresa. Com mais razão, nas licitações, os gestores devem ser ainda mais cuidadosos, vez que estas envolvem princípios fundamentais da administração pública, tais como: legalidade, eficiência, moralidade, impessoalidade, publicidade, controle, coordenação, planejamento, isonomia, proposta mais vantajosa, dentre outros (Constituição Federal, Decreto-lei nº 200/67, Lei nº 8.666/93). (...)”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

do Acórdão nº 2006/2006 – Plenário (fl. 150).

### **ANÁLISE**

19. O aludido voto discorre acerca da necessidade de se vislumbrar a culpa do responsável. Ora, a culpa decorre de fato intencional ou de omissão de diligência ou cautela, sendo esse último caracterizado pela imperícia, imprudência ou negligência em o agente público executar um poder/dever. Não resulta, portanto, apenas de atos comissivos.

20. Nessa seara, ainda que não figurem como signatários do contrato em questão, contribuíram para a sua existência, ao não se oporem durante a apreciação do ato pela Diretoria Colegiada e, em consequência, 5 atifica-lo. Portanto, não aproveitam aos justificantes essas ponderações.

### **ARGUMENTAÇÃO**

21. Na mesma esteira, asseveram que a culpabilidade dos justificantes depende fundamentalmente da prova da existência de dolo e da má fé na atuação, o que seria possível somente com a individualização das condutas para aplicação da penalidade. Nesse ponto, destacam que não se cogita a existência de culpa, pois não teriam agido com imperícia, uma vez que os processos foram instruídos e analisados pelas unidades envolvidas e amparados em parecer jurídico motivador do ato (fls. 150/151).

### **ANÁLISE**

22. A questão relativa ao fato de o processo ter sido submetido às unidades técnicas e estar acompanhado de parecer jurídico se encontra examinada nos parágrafos 15/16 desta instrução, de forma que não se discorrerá novamente sobre o tema.

23. No que concerne à eventual inexistência de dolo e de má-fé dos justificantes, ressaltamos que esses elementos são prescindíveis, uma vez que as contas podem ser julgadas irregulares em razão da prática de ato ilegal, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/1994. Portanto, esse arrazoado não aproveita aos justificantes.

### **ARGUMENTAÇÃO**

24. Asseguram, ainda, que não houve vestígios de vícios ou irregularidades na contratação emergencial, fato que teria sido referendado pela então 3ª ICE/Divisão de Auditoria deste Tribunal (fl. 151).

25. Destacam, em face dos questionamentos no tocante à existência da situação emergencial, que a então 3ª Inspetoria teria





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*proposto o arquivamento de representação apresentada pelo Ministério Público, com as seguintes conclusões (fls. 151/152):*

*a) o valor pago no Contrato Emergencial nº 03/2007 foi menor que o desembolsado no Contrato nº 002/2001, anterior e decorrente do processo licitatório;*

*b) os gestores dos contratos utilizaram como referência os preços praticados no Contrato nº 002/2001;*

*c) a diferença de valores entre os contratos emergenciais nºs 03 e 15/2007 e o Contrato nº 019/2007, decorrente de processo licitatório na modalidade pregão presencial, foi de 8,1%, percentual considerado aceitável em razão das peculiaridades adstritas aos contratos emergenciais;*

*d) não houve aumento de preço, mas sim redução;*

*e) a contratação emergencial atendeu aos requisitos da Lei nº 8.666/1993 e aos requisitos elencados na Decisão nº 3.500/1999.*

### **ANÁLISE**

*26. Quanto ao posicionamento do Corpo Técnico, esse não vincula o julgamento do Tribunal, embora, como todos os elementos carreados aos autos, seja sopesado no voto do Conselheiro Relator e na decisão do Plêniário. Assim, esse arrazoado não se presta a afastar eventual irregularidade.*

*27. Registramos que as argumentações insertas nas alíneas “a” a “e” constam, com pequenas diferenças de redação, do tópico “2. Dos Fatos Incontroversos”, do Memorial apresentado pelos Srs. Cairo Ramos e Antônio Manoel Soares (e-doc 077AFFFD), juntado à contracapa dos autos por determinação do Relator.*

*28. O fato de o preço do Contrato Emergencial nº 03/2007 ter sido alegadamente menor que o desembolsado no Contrato nº 002/2001, anterior e decorrente de licitação, não afasta a irregularidade, pois estar-se-ia indo de encontro a preceito constitucional que é a necessidade de licitação para as contratações com a Administração Pública.*

*29. Acerca da adequação dos preços do contrato emergencial, cremos tratar-se de questão superada, uma vez que o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.274/2014, item III, prolatada no Processo nº 12.391/2010, que cuida da apuração de danos ao erário da contratação em exame, considerou afastada a existência de prejuízo.*

*30. Contudo, a existência de prejuízo não é requisito essencial para o julgamento irregular das contas, as quais podem ser consideradas irregulares em razão da prática de ato de gestão*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 01/1994. Portanto, esse arrazoado não aproveita aos justificantes.*

### ARGUMENTAÇÃO

*31. Acrescentam fatos que seriam incontroversos, pois teriam sido reconhecidos por esta Corte durante a instrução do Processo nº 11.679/2007, que deu origem aos demais processos:*

*a) o objeto da contratação enquadra-se como atividade pública essencial, cuja paralisação acarretaria danos irreversíveis à qualidade do serviço prestado à população, bem como colocaria o patrimônio público em deterioração, dilapidação e desgaste;*

*b) os serviços referentes ao objeto do contrato emergencial são essenciais para que o METRÔ-DF possa atender à população usuária dos seus serviços de transporte de forma adequada;*

*c) a mudança de governo trouxe novas diretrizes à Companhia.*

### ANÁLISE

*32. Não há dúvidas quanto à natureza essencial do ajuste. No entanto, a mudança de governo não pode servir de argumento para a contratação emergencial de serviços contínuos, posto que a Administração Pública se caracteriza pela impessoalidade e continuidade administrativa.*

*33. Nesse sentido, como já registrado pelo Ministério Público no Parecer nº 994/2009-DA, a aceitar a tese dos justificantes, a cada troca de governo seria permitida a assinatura de contratos emergenciais com fundamento na necessidade de se seguir as novas diretrizes governamentais (Parecer nº 994/2009-DA, § 30, Processo nº 11.679/2007). Assim, não procedem os argumentos apresentados.*

### ARGUMENTAÇÃO

*34. Consideram que a situação e as circunstâncias fáticas em que se deram a autorização e a ratificação do contrato emergencial constituem fato controvertido, esclarecendo que a contratação direta se deu em razão de complicações que surgiram no planejamento e processamento da contratação, não possibilitando efetivar a conclusão do procedimento licitatório no prazo estimado para a contratação de forma ordinária. Entendem, a respeito, que a situação adversa não teve origem na falta de planejamento, mas de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*uma urgência concreta e efetiva, que objetivou, em última análise, afastar maiores riscos e prejuízos à continuidade do serviço público (fls. 152/153).*

*35. Informam que a vigência do contrato expirava em 20.03.2007 e que, considerando ser a questão orçamentária indispensável à deflagração da licitação, não se podia lançar o edital ainda no ano de 2006 (fl. 153).*

### **ANÁLISE**

*36. Consta do Processo nº 11.679/2007 a informação de que o contrato anterior (Contrato nº 2/2001) teria sua vigência terminando em 20/03/2007 e houve a solicitação pela área técnica, em outubro de 2006, de providências para a realização de nova licitação. Contudo, argumentou-se que a inexistência de orçamento aprovado impedia a abertura de procedimento licitatório.*

*37. Conforme abordado pelo Ministério Público junto ao TCDF no Parecer 994/2009-DA, prolatado no Processo nº 11.679/2007, não poderia a Administração, quando se trata da contratação de serviços essenciais, permanecer inerte aguardando a aprovação da Lei Orçamentária Anual. Nesse diapasão, o Parquet colacionou a lição de Jessé Torres Pereira Júnior<sup>4</sup>:*

*“Ainda que se considere uma anomalia que a Administração quede-se sem orçamento nos primeiros meses de cada exercício anual, o fato é que esta se tem repetido, quase que se constituindo em regra geral. Para enfrentá-la, o administrador não poderá esperar. Deve indicar, nos autos de cada processo licitatório, o elemento que responderia pela eventual futura despesa de acordo com a dotação estimada na proposta remetida ao Legislativo. E determinar que o valor estimado do objeto em licitação seja anotado a título de compromissamento ou pré-empenho, deflagrando o torneio. Se, encerrado este, de orçamento aprovado ainda não dispuser a Administração, ou se o orçamento aprovado excluiu ou reduziu os recursos propostos de modo a inviabilizar a contratação, a alternativa será solicitar a abertura de crédito especial ou suplementar (CF/88, art. 166, § 8º), ou revogar a licitação com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93. A solução de meramente indicar a provisão de recursos na proposta orçamentária, para dar-se início à licitação, a par de também alvitrada por MARÇAL JUSTEN FILHO (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pág. 174. Ed. Aide, 1994), foi expressamente acolhida pelo Tribunal de Contas da União na Decisão plenária nº 622/96, Rel. Min. José Antonio Barreto de*

<sup>4</sup> Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª edição, Renovar, p. 125.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*Macedo. DOU de 15.10.96, págs. 20.983-20.984.)”*

38. No mesmo sentido, cabe transcrever as seguintes considerações constantes do Voto do i. Conselheiro Inácio Magalhães Filho, lançado no Processo nº 11.679/2007:

“(…)

*Reforço que a realização de licitação fica condicionada à exigência de dotação orçamentária capaz de suportar o pagamento das obrigações geradas no exercício em curso. Esse é o entendimento desta Corte de Contas e também do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, conforme depreende da leitura das Decisões nºs 798/10<sup>11</sup> e 415/05<sup>12</sup> do TCDF e dos Acórdãos nºs 1.529/06 – Plenário<sup>13</sup>, 1.746/03 – Plenário<sup>14</sup>, 1.748/04 – Plenário<sup>15</sup> do TCU.*

*Acerca dessa situação, verificada de forma recorrente ao final de cada ano, trago à baila o seguinte ensinamento:*

*‘(...) Pensam alguns que não se pode fazer licitação ao final do exercício, pois ainda não se têm as dotações do orçamento do ano vindouro, e não se tem dotação do exercício em curso, já consumida. Aham que a Administração deve-se paralisar e esperar o início do ano para ter o orçamento e licitar o que precisar. Esse posicionamento é um contrassenso, muito bem rechaçado pela decisão<sup>16</sup> reproduzida. Se vou licitar para contratar no ano seguinte, não há dotação do exercício em curso a ser indicada. Isso, contudo, não elimina a necessidade de no futuro (no ano da execução do ajuste) dispor de dotação para efetivo empenho das despesas. O Tribunal<sup>17</sup> analisou, como mostra, essa condição e verificou a existência do empenhamento no momento oportuno, sendo esse fato decisivo para o julgamento pela regularidade. (PALAVÉRI, Marcelo. Licitações Públicas – Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ed. Fórum. 2009. Página 321).’ (grifou-se)*

*Ainda, ressalvo que o TCDF tem, em alguns casos, aceitado que a comprovação de suficiência da dotação orçamentária pode ser feita no momento da contratação, conforme se verifica nas Decisões nºs 4.600/08<sup>18</sup>, 4.987/08<sup>19</sup>, 5.196/08<sup>20</sup>, 1.739/09<sup>21</sup>, 5.047/09<sup>22</sup> e 5.840/09<sup>23</sup>, reforçando o posicionamento por mim exposto.*

*Ressalto que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), tendo por base o disposto no art. 16, § 4º, inciso I<sup>24</sup> estabelece, como condição prévia para empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens, ou execução de obras, entre outras medidas, a emissão de declaração do ordenador de despesa de que a ação*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*governamental tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*Nesse sentido, lembro que, em outubro de 2006, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte – PLOA 2007<sup>25</sup>, de autoria do poder Executivo do Distrito Federal, já estava em trâmite na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, prevendo, para o Metrô/DF, no âmbito do Programa de Trabalho 26.453.2800.2756.0001, referente à manutenção e funcionamento do sistema ferroviário metropolitano, a quanti total de R\$133.443.270,00 (fls. 711/712). Além disso, o Plano Plurianual (PPA) referente aos exercícios de 2007-2007 também previa, para o último ano, a execução desse programa, com montante superior a R\$127 milhões (fls. 713/715).*

*Reforça-se, assim, o fato de as peças orçamentárias referentes ao exercício subsequente 9ano de 2007) existentes naquele momento – PPA 2004-2007 e PLOA 2007 permitirem à Administração a realização de licitação, uma vez que já existia a previsão de dotação orçamentária para contratação do objeto em tela.*

*Sendo assim, não considero razoável que o gestor público fique condicionado à aprovação da Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente para, somente depois, poder dar início a procedimentos licitatórios que busquem a contratação de serviços essenciais, notadamente quando se trata de prestação continuada.*

*Caso contrário, todas as contratações de serviços essenciais e de caráter continuado da Administração Pública que se encerrem no primeiro trimestre de cada exercício financeiro provavelmente culminarão em contratações emergenciais, motivadas pela inexistência de Lei Orçamentária aprovada em tempo hábil, situação que tenho por inaceitável. ”*

*39. Ademais, deve-se registrar que a Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro de 2007 foi aprovada ao final de 2006, quase três meses antes do término da vigência do contrato então em vigor, prazo que pode ser considerado necessário à conclusão da licitação, tendo-se em vista tratar-se de contrato de prestação de serviços de natureza essencial e continuada, cujo projeto básico não demandaria maiores esforços de elaboração.*

*40. Também é digno de registro o fato de que o Contrato nº 002/2001 – METRÔ/DF, anterior ao emergencial, foi resultante da Concorrência nº 001/2000 de 26/11/2000 (fl. 277), certame esse que foi conduzido apesar de a lei orçamentária correspondente ao exercício de 2001 somente ter sido publicada no Suplemento do DODF nº 247, de 29/12/2000 (Lei nº 2.657, de 29/12/2000). Em*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*consequência, não socorrem aos justificantes as alegações apresentadas.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*41. Afirmam que a publicação do Decreto nº 27.593/2007 constituiu imprevista e austera diretriz e foi determinante para que se revogassem as licitações então em curso e, caso necessário, para que fossem celebrados os contratos emergenciais (fls. 153/154).*

### **ANÁLISE**

*42. O Decreto nº 27.593/2007 determina a revisão de todos os contratos celebrados objetivando uma redução global de 30%, observada a legislação pertinente. Também a elaboração de eventuais contratos emergenciais deveria ser realizada de acordo com as hipóteses legais.*

*43. Nesse sentido, não houve uma determinação de revogação das licitações em curso. Ao contrário, pelo fato de ainda estar em andamento, poderia o edital ser ajustado à aludida norma de tal forma que o contrato resultante atendesse às diretrizes governamentais.*

*44. Ressaltamos, ainda, que os contratos emergenciais celebrados, de nºs 003/2007, 015/2007 e 019/2007 não apresentam a alegada redução global de custos, sendo ao contrário, o último ajuste mais oneroso que o contrato licitado anteriormente. Assim, o arrazoado não afasta as irregularidades em exame.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*45. Fazem considerações sobre a redução de 30% dos gastos determinada pelo supracitado decreto, avaliando que esse corte de gastos consistiria num procedimento complexo de revisão de todo o termo de referência para aperfeiçoar materiais, equipamentos e mão de obra, o que significaria retomar o planejamento na fase inicial e verificar a demanda em conformidade com a nova disponibilidade de recursos. Em face dessas informações, concluem que não se poderia afirmar que a situação emergencial foi criada pelo próprio METRÔ-DF (fls. 154/155).*

### **ANÁLISE**

*46. Como registrado pelo MPJTCDF no Parecer nº 994/2009-DA<sup>5</sup>, por se tratar de serviços corriqueiros do METRÔ/DF, uma vez que já se tinha o projeto básico pronto, este deveria, no máximo, sofrer pequenos ajustes objetivando adaptá-lo às novas diretrizes do Governo<sup>6</sup>. Até porque em se tratando de prestação de serviços de*

<sup>5</sup> Processo nº 11679/2007.

<sup>6</sup> Parecer nº 994/2009-DA, parágrafo 26, Processo nº 11.679/2007.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*limpeza e conservação das instalações do METRÔ, há uma certa inelasticidade, decorrente do fato de que a demanda dos serviços é que estabelece o dimensionamento da licitação. Portanto, o arrazoadado não socorre aos justificantes.*

*47. Ademais, há contradição no arrazoadado, posto que o contrato emergencial nº 019/2007 resultou em um acréscimo de cerca de 8% quando comparado com o contrato licitado. Onde se encontra, portanto, a pretendida redução dos gastos determinada pelo aludido decreto e que teria contribuído para a demora do procedimento licitatório? Em consequência, essa alegação não aproveita aos justificantes.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*48. Destacam que a administração teria demonstrado, quando optou pelos contratos emergenciais, a pretensão de que vigessem apenas no período necessário à concretização da licitação. A esse respeito, informam que o Contrato nº 03/2007 foi firmado, inicialmente, por 90 dias e que o Contrato nº 15/2007, com duração de 180 dias, teve cláusula que previa o distrato antecipado, o que possibilitou a rescisão 90 dias antes do final (fl. 155).*

### **ANÁLISE**

*49. A natureza dos contratos emergenciais é excepcional, devendo ser utilizados apenas no tempo estritamente necessário à solução do empecilho que impede a conclusão da licitação. Desta forma, é dever e não opção do administrador limitar a duração desse tipo de ajuste.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*50. Informam que, apesar do significativo aumento de escopo, a elaboração do novo termo de referência conduziu a uma redução de R\$ 9.452.773,78 para R\$ 4.994.455,77 no período de 12 meses (fls. 155/156).*

### **ANÁLISE**

*51. Em se tratando da prestação de serviço com preponderância de custos relativos à mão de obra, não encontra sustentação a afirmativa de que houve significativo aumento de escopo e ao mesmo tempo uma redução de custos, a menos que o quantitativo de pessoal no contrato anterior estivesse superestimado.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*52. Apresentam tabelas com valores comparativos dos Contratos 02/2001 e 03/2007, concluindo que houve uma economia de 15,42% (fls. 156/157). Além disso, acrescentam que no novo contrato houve cerca de 14,29% no aumento de escopo, inferindo que houve uma redução de despesas de 31,91% (fls. 157/158).*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

53. *Afirmam que as contratações emergenciais não podem ter os valores nominais comparados sem considerar os respectivos escopos dos contratos anteriores, consignando, a respeito do assunto, que o Tribunal apontou sobrepreço no Contrato Emergencial nº 015/2007 sem avaliação criteriosa das circunstâncias em que se deu a contratação, apontando questões que teriam repercutido nos preços (fls. 160/161).*

54. *Apontam que a taxa de retorno dos investimentos agravam os preços dos contratos emergenciais, mencionando, nesse sentido, que a depreciação poderia ser acelerada, pois os equipamentos adquiridos ficariam ociosos e sem aplicação em outros serviços (fl. 162).*

55. *Ponderam que seria razoável admitir uma variação de 20%, pois as condicionantes decorrentes do estado de necessidade provêm de medida de exceção, sendo o agente público impelido a adotar medidas para que o prejuízo não ocorra (fl. 162).*

56. *Inferem que o Corpo Técnico deste Tribunal teria considerado aceitável uma variação de até 20% nos preços e informam que, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, uma pequena variação de preço não é tida como superfaturamento, concluindo que o processo de tomada de contas especial deveria ser arquivado, ante a não existência de dano (fls. 162/163).*

57. *Consideram que a metodologia utilizada para quantificar o valor do débito estaria incorreta, destacando a inviabilidade de se comparar o Contrato Emergencial nº 03/2007 com o Contrato nº 19/2007, diante das diferenças de quantitativos. Destacam, nesse aspecto, que a comparação deveria ser feita com os preços vigentes à época da contratação emergencial, colacionando trecho do Acórdão nº 51/2008 – 2ª Câmara, do Tribunal de Contas da União, com esse entendimento (fls. 164/165).*

### **ANÁLISE**

58. *Relativamente à apontada diferença à menor de 14,29% no Contrato Emergencial nº 003/2007<sup>7</sup> comparativamente ao Contrato nº 002/2001 (9º Termo Aditivo), verifica-se que o quantitativo de pessoal do primeiro também é menor, o que, a princípio, anularia a economicidade alegada pelos justificantes (fls. 272 e 274).*

59. *Quanto à alegação de que os Contratos 002/2001 e 015/2007 não seriam comparáveis porquanto possuíam escopos diferentes, se por um lado se deve reconhecer que houve acréscimo nos locais a serem limpos, por outro, o quantitativo de pessoal no primeiro ajuste (389 empregados, fl. 272) é ligeiramente superior ao do Contrato Emergencial nº 015/2007 (382 empregados, fl. 276). Como os gastos com pessoal são o item mais relevante na*

---

<sup>7</sup> Processo nº 097.000.435/2007





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*composição dos custos da contratada, esse arrazoado não socorre aos justificantes.*

60. *No que concerne à necessidade de depreciação dos equipamentos uma vez que esses não seriam utilizados em outros serviços, esses itens devem ser repostos semestral ou anualmente, argumento que também não aproveita aos justificantes.*

61. *No tocante à existência de prejuízo, a questão se encontra superada, uma vez que o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.274/2014, item III, prolatada no Processo nº 12.391/2010, que cuida da apuração de danos ao erário na contratação em exame, considerou afastada a existência de prejuízo.*

62. *Contudo, a ausência de prejuízo não é requisito essencial para a regularidade das contas, as quais podem ser julgadas irregulares em razão da prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 01/1994. Portanto, esse arrazoado não afasta a irregularidade.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

63. *Ressaltam que a demora no procedimento licitatório não foi ocasionada pela Companhia, mas devido a interferências externas, mencionando, nesse sentido, impugnações apresentadas por licitantes e atuações deste Tribunal (fls. 158/160).*

### **ANÁLISE**

64. *Inicialmente, importa registrar que o Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2007-METRÔ/DF somente foi publicado em 29/03/2007<sup>8</sup>. Por meio da Decisão nº 1.443/2007, de 10 de abril de 2007, prolatada no Processo nº 9.931/2007, a Corte determinou a apresentação de justificativas quanto ao não parcelamento dos serviços previstos no aludido edital, bem como a retificação do edital e do projeto básico.*

65. *Apenas em 17 de maio de 2007, por meio do Ofício nº 163/2007-PRE (e-DOC: E89284D5), o METRÔ/DF apresentou respostas ao demandado pela Corte, informando a suspensão da licitação. Após o exame dos expedientes acostados pelo jurisdicionado, foi prolatada, em 31 de maio de 2007, a Decisão nº 2.374/2007, autorizando a continuidade do certame.*

66. *Contudo, somente em agosto foi publicada a revogação do Pregão Eletrônico nº 02/2007<sup>9</sup> e a convocação de seu sucessor, o*

<sup>8</sup> Jornal Gazeta Mercantil, dia 29/03/2007, Processo nº 9.931/2007, fls. 89.

<sup>9</sup> DODF nº 147, de 1º de agosto de 2007, pág. 31.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*Pregão nº 08/2007<sup>10</sup>. Observa-se, de plano, no Processo nº 9.931/2007, que cuida da aludida licitação, que entre a análise dos fatos e as deliberações da Corte, o maior prazo utilizado foi de dezesseis dias, ao mesmo tempo que o jurisdicionado, após ter ciência da Decisão nº 2.374/2007, levou dois meses para concluir pela revogação do edital e a convocação de nova licitação. Logo, não socorrem aos justificantes as alegações de que as intervenções do Tribunal teriam sido determinantes para o atraso do certame.*

*67. Posteriormente, em 14 de agosto de 2007, mediante a Decisão nº 3.910/2007, o Tribunal, em decorrência de representação apresentada pela empresa DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA, determinou a suspensão do certame até a apreciação da matéria, realizada via Decisão nº 4.775/2007, de 20 de setembro de 2007, que autorizou a continuidade do procedimento.*

*68. A apresentação de impugnação ao edital perante a Administração Pública e de representação aos Tribunais de Contas decorrem de direito consignado no art. 41, § 2º, e art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. A mitigação de eventual demora provocada pelo exercício desse direito deve vir da deflagração do procedimento licitatório com antecedência e da adequada e meticulosa elaboração do projeto básico e do correspondente edital. Assim, não aproveita aos justificantes esse arrazoado.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*69. Concluem que restaram comprovadas as situações fáticas que ensejaram as contratações emergenciais e pedem, em caso de não acolhimento das razões de justificativa expostas, que se considere a boa fé e a legitimidade dos atos como excludentes de culpa e afastadoras de pena dos justificantes (fls. 165/166).*

### **ANÁLISE**

*70. Pelo recorrido nos parágrafos precedentes, não restou comprovada a adequação das contratações emergenciais aos dispositivos legais, sendo indevido o enquadramento dos aludidos ajustes nas hipóteses previstas no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que a não conclusão do procedimento licitatório tempestivamente originou-se da conduta dos justificantes, que não iniciaram o certame na época devida e, quando o iniciaram, foram ineficientes em sua condução.*

*71. Por oportuno, deve-se destacar que a não configuração de má fé não implica, necessariamente, a existência de boa-fé, a qual, segundo o Dicionário Aurélio, “significa a certeza de agir com o amparo da lei, ou sem ofensa a ela”. Argumentou-se, alhures, que*

<sup>10</sup> DODF nº 150, de 6 de agosto 2007, pág. 23.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*a licitação não ocorreu no exercício precedente pois não havia orçamento aprovado, contudo, o contrato anterior ao emergencial, de nº 002/2001 –METRÔ/DF, foi resultante da Concorrência nº 001/2000 de 26/11/2000 (fl. 277), certame esse que foi conduzido apesar de a lei orçamentária correspondente ao exercício de 2001 somente ter sido publicada no Suplemento do DODF nº 247, de 29/12/2000 (Lei nº 2.657, de 29/12/2000). Assim, entendemos que o arrazoado apresentado pelos justificantes não elide a falha consistente na deflagração do procedimento licitatório a destempo e na ineficiência em sua condução, implicando a necessidade de contratações emergenciais.*

**Razões de justificativa dos senhores José Gaspar de Souza, Celso Renato Pitanguy Lucena e José Dimas Simões Machado**

### **ARGUMENTAÇÃO**

72. Após preliminar de conhecimento e breves considerações sobre a Decisão nº 2.931/2013 (fls. 228/230), os justificantes afirmam que os atos causadores da situação emergencial antecederam a posse deles na direção do METRÔ-DF e que não poderiam ser responsabilizados em decorrência da instrução imperfeita no processo administrativo. Informam, a respeito, que a posse do senhor José Gaspar de Souza ocorreu em 03.01.2007 e a dos senhores Celso Renato Pitanguy Lucena e José Dimas Simões Machado no dia 26 do mesmo mês (fls. 231).

73. Acrescentam que a conduta a ser analisada deveria ser a dos outros dois gestores que também respondem pelas irregularidades indicadas nos autos, afirmando que esses agentes foram os que potencialmente deram ensejo à situação que acarretou a emergência na contratação, uma vez que já estavam na Companhia antes da posse dos justificantes em tela e ocupavam a Diretoria Financeira e Comercial e a Diretoria de Operação e Manutenção, as quais poderiam ter resolvido todo o problema com antecedência, mas não adotaram ou diligenciaram quaisquer providências pertinentes à nova contratação (fls. 232).

74. Nesse sentido, alegam que não tiveram alternativa senão aderir à orientação dos setores técnicos e administrativo que assinalavam a indispensabilidade dos serviços e apontavam a contratação emergencial como solução efetiva e legal (fl. 231).

### **ANÁLISE**

75. As contratações emergenciais decorreram da não conclusão do procedimento licitatório em tempo hábil, e que deveria ter se iniciado em outubro de 2006. Contudo, não houve seguimento do processo com fundamento em que a previsão de recursos orçamentários para a contratação seria pressuposto para a realização do certame.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

76. Posteriormente, houve a publicação, em 29/12/2006, da lei orçamentária anual<sup>11</sup> referente ao exercício financeiro de 2007. Contudo, o Edital do Pregão Eletrônico somente foi tornado público em 29/03/2007. Assim, entendemos que a irregularidade tem natureza continuada, adentrando o ano de 2007. Em consequência, a alegação de que a falha teria sido anterior aos períodos de gestão dos justificantes não socorre aos mesmos.

77. No tocante ao argumento de que os justificantes não tinham alternativa senão seguir a orientação das unidades técnicas, essa alegação não merece acolhimento, conforme exame procedido nos parágrafos 15/16 desta instrução.

### ARGUMENTAÇÃO

78. Apontam que não houve análise individualizada da conduta dos justificantes, considerando que estão sendo responsabilizados simplesmente por figurarem na condição de dirigentes (fl. 233).

79. Afirmam que a responsabilização dos agentes públicos no âmbito desta Corte de Contas resulta do nexo de causalidade ligando a conduta do agente ao dano apurado. Sobre o tema, colacionam trechos de diversos acórdãos do TCU e transcrevem trecho de ementa proferida no Habeas Corpus nº 83554/PR do STF, para concluir que não podem ser responsabilizados, uma vez que se limitaram a sancionar a instrução do processo promovida pelos setores responsáveis pela formulação e acompanhamento da correta execução dos serviços, indicando a solução escolhida (fls. 238/244).

### ANÁLISE

80. O Tribunal, mediante a Decisão nº 363/2010, prolatada no Processo nº 11.679/2007, deliberou, verbis:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da documentação acostada às fls. 62/67 e 84/513; b) das razões de justificativa apresentadas pelos dirigentes da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal por meio do Ofício nº 368/2007-PRE (fls. 68/83), considerando-as improcedentes; II. aplicar aos responsáveis listados no § 40 do Parecer (fls. 537) a penalidades previstas no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, na forma do acórdão apresentado pelo Relator; III. determinar a autuação de processo específico para apurar o prejuízo resultante da comparação entre os Contratos Emergenciais nºs 3 e 15/2007 e o Contrato nº 19/2007; IV. retornar os autos à 3ª ICE, para as devidas providências.

<sup>11</sup> Lei nº 3.934/06, de 29/12/2006, publicada no Suplemento – A do DODF DE 29/12/2006.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

81. O Acórdão correspondente a essa decisão assim delimitou as irregularidades apuradas:

*Síntese de impropriedades/falhas apuradas: a) Criar situação emergencial; b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda; c) contratar serviços com preços acima daquele que seria obtido por meio de regular procedimento licitatório.*

**Multa individual de R\$ 12.536,00** (doze mil, quinhentos e trinta e seis reais).

82. O Sr. José Gaspar de Souza ocupou o cargo de Diretor Presidente e os Srs. José Simões Machado e Celso Renato Pitanguy Lucena integraram a Diretoria Colegiada do METRÔ/DF. Os primeiros foram os signatários dos ajustes emergenciais na forma descrita no quadro seguinte:

José Gaspar de Souza	Signatário dos Contratos nºs 003, 015 e 019/2007 (fls. 280 a 282)
José Dimas Simões Machado	Signatário dos Contratos nsº 003 e 015/2007 (fls. 280 e 281)

83. Além disso, como descrito no preâmbulo dos aludidos ajustes (fls. 280/282), as contratações ocorreram com fundamento em autorização da Diretoria Colegiada. Deve-se acrescentar que a Diretoria de Operações e Manutenção – DOM era a responsável pela elaboração do termo de referência para a realização da licitação para substituir o ajuste findo em 20/03/2007 (fl. 283).

84. Desta forma, verifica-se que as irregularidades se encontram delimitadas nos termos da Decisão nº 363/2010 e do Acórdão nº 016/2010 e se originaram da criação de situação emergencial a partir da errônea premissa da necessidade de aprovação prévia da lei orçamentária, seguida da demora na condução do procedimento licitatório após a publicação da LOA, o que culminou com a necessidade de assinatura dos ajustes emergenciais.

85. Em consequência, encontram-se delimitadas as condutas e irregularidades apuradas no Processo nº 11.679/2007, evidenciando que os justificantes não foram chamados em audiência tão somente por ocupar a função de dirigentes da Empresa, mas contribuíram para a ocorrência dos eventos.

### ARGUMENTAÇÃO

86. Afirmam que o prejuízo encontrado se baseia em entendimento do Ministério Público junto a este Tribunal - MPJTDF, que apontou uma diferença de 8,24% entre o contrato emergencial e o





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*decorrente do pregão, e fazem considerações a respeito da ausência de prejuízo (fls. 233/234).*

*87. Consideram que os contratos, apesar de guardarem aparente similaridade, refletem condições particulares, com prazos de duração, turnos e volume de força de trabalho próprios de cada ajuste, o que tornaria qualquer valor de referência único para cada contrato (fl. 235).*

### **ANÁLISE**

*88. No tocante à existência de dano, cremos que a questão se encontra superada, uma vez que o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.274/2014, item III, prolatada no Processo nº 12.391/2010, que cuida da apuração de danos ao erário na contratação em exame, considerou afastada a existência de prejuízo.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

*89. Apontam que a opção pela contratação direta ocorreu após serem esgotadas todas as medidas para a ultimação do processo licitatório, o qual não fora concluído por razões alheias à vontade dos justificantes (fl. 235).*

*90. Mencionam que à época não havia disponibilização orçamentária, uma vez que a lei orçamentária anual de 2007 foi publicada somente no último dia de 2006, e que o Decreto nº 27.593/2007 determinou a redução e a renegociação de todos os contratos em andamento e novos, afirmando que essa medida foi benéfica aos cofres públicos do Distrito Federal, por reduzir os custos estimados para a licitação (fl. 235).*

### **ANÁLISE**

*91. Como examinado nos parágrafos 36/40 desta instrução, não se sustenta a premissa da necessidade de aprovação da lei orçamentária anual para dar seguimento a procedimento licitatório, porquanto o projeto de lei em exame à época na Câmara Legislativa já incorporava a rubrica necessária e sua correspondente estimativa de gasto, a qual se encontrava também no PPA 2004-2007, atendendo, portanto, à determinação legal de que somente pode ser licitada a prestação de serviços quanto existir previsão de recursos orçamentários (ar. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93).*

*92. Ademais, mesmo com a aprovação da LOA<sup>12</sup> no final do exercício financeiro de 2006, somente houve a publicação do edital em 29/03/2007, uma demora que não encontra justificativa por tratar-se da prestação de serviços corriqueiros, já contratados anteriormente pela empresa mediante procedimento licitatório, cujo dimensionamento não oferecia maior dificuldade para a elaboração*

<sup>12</sup> Lei nº 3.934/06, de 29/12/2006, publicada no Suplemento – A do DODF de 29/12/2006.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

do projeto básico.

93. Tampouco socorre aos justificantes a alegação de que o Decreto nº 27.593/2007 ofereceu óbices à continuidade do certame, como o comprovam os próprios ajustes emergenciais. Se houve a necessidade de paralisação dos procedimentos para a adequação aos ditames da aludida norma, onde está a redução de custos pretendida?

94. No tocante à mencionada redução de custos estimados, não vemos sustentação nessa alegação, posto que o dimensionamento do projeto básico parte da premissa da real necessidade da empresa. Ou poderíamos atingir uma hipotética economia superestimando a demanda da empresa e, posteriormente, reduzindo-a.

### ARGUMENTAÇÃO

95. Ressaltam que a contratação emergencial respeitava todas as formalidades legais e seguiu todos os procedimentos e requisitos inerentes à fase interna da licitação, sendo os preços praticados razoáveis, em comparação com o contrato anterior (fl. 236).

### ANÁLISE

96. O atendimento das formalidades legais não constitui um fim em si mesmo, mas o meio pelo qual se procura o atendimento do interesse público e dos princípios da Administração Pública. Considerando que o procedimento licitatório que buscava a contratação regular da prestação dos serviços somente foi ultimado ao fim de 2007, não se pode afirmar que houve o cumprimento do princípio constitucional da eficiência.

97. No que tange à razoabilidade de preços, essa somente pode ser aferida mediante regular procedimento licitatório, no qual são asseguradas, por meio de exigências editalícias estritamente necessárias ao fiel cumprimento do contrato pretendido, a mais ampla transparência e a competitividade do certame. Não aproveitam, portanto, aos justificantes, as argumentações em exame.

### ARGUMENTAÇÃO

98. Salientam que o formato do serviço licitado no pregão que deu origem ao Contrato nº 19/2007 era diferente dos ajustes anteriores, com quantitativos de mão de obra e logísticas diferenciadas na prestação dos serviços (fl. 236).

### ANÁLISE

99. Embora os justificantes não tenham acostado elementos que explicitem a alegada diferenciação logística entre os ajustes, nota-se que o quantitativo de pessoal do Contrato nº 019/2007 era



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*ligeiramente inferior ao do nº 002/2001 (382 empregados, fl. 278 versus 389 empregados, fl. 272). Improcede, portanto o arrazoado dos justificantes.*

### **ARGUMENTAÇÃO**

100. Entendem que a Decisão nº 363/2010, que acolheu o Parecer nº 994/2009-DA do MPJTCD, indicando sobrepreço de 8,24%, ressoante de entendimento jurisprudencial dominante. A esse respeito, indicam que não foram consideradas as circunstâncias em que se deram as contratações, mencionando fatores que supostamente acarretariam alteração no preço da contratação emergencial, impossibilitando a comparação com valores decorrentes de licitação na modalidade pregão, cujos custos são bem mais reduzidos (fls. 236/237).

101. Consideram que a variação no preço de 8,24% não pode ser considerada como superfaturamento, pois poderia ser resultante de circunstâncias que transcendem a mera comparação aritmética de preços. Nesse sentido, mencionam diversos julgados do Tribunal de Conta da União - TCU que, supostamente, sustentam a premissa de que oscilações de até 10% em relação ao momento apurado representam variações normais de mercado. Assim, concluem que a diferença de 8,24% encontrada pelo MPJTCD não seria suficiente para indicar a existência de sobrepreço (fls. 237/238).

### **ANÁLISE**

102. No tocante à eventual existência de prejuízo, cremos que a questão se encontra superada, uma vez que o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.274/2014, item III, prolatada no Processo nº 12.391/2010, que cuida da apuração de danos ao erário na contratação em exame, considerou afastada a existência de prejuízo.

### **ARGUMENTAÇÃO**

103. Por fim, argumentam que restou evidenciada a ausência de conduta subjetiva dos justificantes que pudesse macular estas contas anuais com irregularidade (fl. 245).

### **ANÁLISE**

104. Como discorrido nos parágrafos 36/40, a postergação do início do procedimento licitatório, assim como a demora em sua condução, culminou na celebração de ajustes emergenciais sucessivos e constituiu, em essência, descumprimento ao disposto na Lei de Licitações, que somente permite essa modalidade de ajuste em circunstâncias específicas, que não tenham se originado da ação ou omissão do administrador.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

105. Portanto, não pode a situação de emergência, caracterizada pela descontinuidade da prestação de serviços essenciais, resultar de eventual inércia do administrador na deflagração de procedimento licitatório ou de sua ineficiência em conduzi-lo.

### **II – CONCLUSÃO**

106. Diante do relatado nesta instrução, as razões de justificativa apresentadas pelos senhores Cairo Ramos, Antônio Manoel Soares, José Gaspar de Souza, Celso Renato Pitanguy Lucena e José Dimas Simões Machado não conseguiram elidir as impropriedades tratadas no Processo nº 11.679/2007.

107. Em consequência, as contas anuais dos supracitados responsáveis podem ser julgadas irregulares, na forma do artigo 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, diante das seguintes ocorrências apontadas no Processo nº 11.679/2007 (Acórdão nº 016/2010): a) criar situação emergencial; e b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.

108. A aplicação da penalidade prevista no inciso I do artigo 57 da Lei Complementar nº 1/1994, em consequência do julgamento irregular, pode ser dispensada em razão da multa aplicada aos referidos gestores no Processo nº 11.679/2007.

109. Conclui-se, por fim, que as contas anuais dos demais responsáveis pelo METRÔ-DF, no exercício financeiro de 2007, senhores Paulo Victor Rada de Rezende, Alexandre Gonçalves e Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes, podem ser julgadas regulares, com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento dos expedientes de fls. 271/283 e das razões de justificativa acostadas às fls. 146/167 (anexos de fls. 168/222) e 228/245, considerando-as, no mérito, improcedentes;

II. julgue, em consequência, as contas dos responsáveis nominados no § 106 desta instrução, referentes à gestão da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, no exercício financeiro de 2007, irregulares, com fundamento no artigo 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o disposto no artigo 167, inciso III, alínea “b”, do RI/TCDF, em razão das seguintes impropriedades apontadas no Processo nº 11.679/2007 (Acórdão nº 016/2010): a) criar situação emergencial; e b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.;

III. julgue regulares as contas dos responsáveis nominados no parágrafo 109 desta instrução, relativas à gestão da Companhia do



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

*Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, no exercício financeiro de 2007, com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o disposto no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF;*

*IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, os responsáveis retro indicados quites com o erário distrital, no que se refere a estas contas;*

*V. autorize:*

*a) a devolução do Processo nº 097.000.257/2008 à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF; e*

*b) o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes e posterior arquivamento. ”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 313/16 (fls. 312/325), da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

### VOTO

10. Nesta fase analisam-se as razões de justificativas apresentadas, em atenção à Decisão nº 2.931/13-CSPM (fl. 100), pelos Srs. José Gaspar de Souza (Diretor-Presidente); Antônio Manoel Soares (Membro da Diretoria Colegiada); Cairo Ramos (Membro da Diretoria Colegiada); Celso Renato Pitanguy Lucena (Membro da Diretoria Colegiada), e José Dimas Simões Machado (Membro da Diretoria Colegiada), em virtude das seguintes falhas verificadas no Processo nº 11.679/07<sup>2</sup>:

- a) criar situação emergencial;
- b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.;
- c) contratar serviços com preços acima daquele que seria obtido por meio de regular procedimento licitatório.

11. O Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, entende que as justificativas apresentadas não foram capazes de afastar as impropriedades tratadas no Processo nº 11.679/07, devendo as contas serem julgadas irregulares.

12. A Unidade Instrutiva reconhece, entretanto, que a adequação dos preços praticados (**item c**) é matéria superada, uma vez que o Tribunal, mediante a Decisão nº 6.274/14-CPT<sup>3</sup> (Processo nº 12.391/10), considerou afastada a existência de prejuízo.

13. Cabe, inicialmente, esclarecer que no âmbito do Processo nº 11.679/07 foi analisada a legalidade do Contrato Emergencial nº 15/07

<sup>2</sup> Representação nº 5/2007 – DA, por meio da qual o Ministério Público junto a esta Corte de Contas requereu ao Tribunal que examinasse a legalidade do ato de dispensa de licitação para contratação de serviços de limpeza e conservação e fornecimento de material no âmbito da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal.

<sup>3</sup> DECISÃO Nº 6.274/14-CPT: “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – tomar conhecimento das defesas de fls. 88/121, 122/155, 156/164 e 193/218, apresentadas pelos nomeados no parágrafo 64 da instrução (fl. 270), para, no mérito, considerá-las procedentes; II – excluir da relação processual a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.; III – **afastada a existência de prejuízo, determinar o encerramento da tomada de contas especial**, nos termos do art. 2º, § 7º, da Emenda Regimental nº 1/98; IV – dar ciência desta decisão à jurisdicionada e aos defendentes; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos fins, inclusive o arquivamento. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro RENATO RAINHA. Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

celebrado entre o METRÔ/DF e a empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação.

14. Naqueles autos, foi aplicada aos responsáveis a multa individual de R\$ 12.536,00 (Acórdão nº 016/10, Processo nº 11.679/07), em decorrência das irregularidades constantes do parágrafo 10 suso transcritas. E, tendo em conta o indício de prejuízo (R\$ 160.404,87; valor original), determinou-se a instauração de tomada de contas especial (Decisão nº 363/2010-CRCC). No processo (de nº 12.391/10<sup>4</sup>) instaurado em atenção à deliberação da Corte, constatou-se, entretanto, que não houve dano ao erário, sendo autorizado o encerramento das contas especiais, consoante Decisão nº 6.274/14-CPT.

15. Em respeito ao princípio da eficiência, não pretendo neste momento reanalisar as impropriedades apontadas e todos os argumentos apresentados quanto à matéria, por já terem sido exaustivamente debatidos em outros autos (Processos nºs 11.679/07 e 12.391/10), mas, sim, ponderar sobre o impacto no julgamento das contas dos responsáveis.

16. Por oportuno transcrevo trecho do Voto do Conselheiro PAULO TADEU, no âmbito do Processo nº 12.391/10 (fl. 322):

*“Nesse diapasão, fica claro, ainda, na leitura da Ata da 625ª Reunião Ordinária, de 19.9.2007 (fl. 127-Anexo III), que a **Diretoria Colegiada autorizou a dispensa de licitação que originou o Contrato nº 15/2007, entre outros motivos, porque o Pregão Eletrônico nº 08/2007-METRÔ-DF ainda estava suspenso pelo Tribunal. Logo, a contratação emergencial sob exame não decorreu exclusivamente da desídia ou da vontade dos defendentes.***

*Por fim, **não existem nos autos indícios de que os agentes públicos e a empresa contratada agiram de má fé** ou de que se locupletaram à custa dos cofres da entidade.”* (grifei)

17. Uma vez que a existência de prejuízo na celebração do ajuste em apreço (**item c**) restou afastada pela Corte e não foi configurada má-fé na conduta dos envolvidos, as falhas objeto dos itens “a” e “b” merecem ser ponderadas.

<sup>4</sup> Autuado a partir do item III da Decisão nº 363/2010, proferida nos autos do Processo nº 11679/2007, para apurar prejuízo resultante da comparação entre os Contratos Emergenciais nºs 3 e 15/2007 e o Contrato nº 19/2007. Arquivo Central.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

18. Os defendentes, em suas razões de justificativas, alegam que a contratação direta ocorreu após serem esgotadas todas as medidas para ultimação do processo licitatório, o qual não fora concluído por razões alheias à vontade dos justificantes, tais como disponibilização orçamentária e necessidade de renegociação dos contratos em andamento, em atenção aos termos do Decreto nº 27.593/07<sup>5</sup> (fl. 235). Informam, também, que o Parecer da Procuradoria Jurídica do METRÔ/DF foi favorável à dispensa de licitação e à viabilidade da contratação emergencial (fl. 287).

19. Em que pese os argumentos terem sido devidamente rebatidos pelo Corpo Técnico (fls. 284/311), os fatos, embora insuficientes, por si só, para afastar a responsabilidade pelas falhas apontadas, corroboraram para a celebração do ajuste.

20. Por fim, não há pendências com relação às contas dos demais responsáveis, portanto pertinente à proposta de julgamento pela regularidade.

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) dos expedientes de fls. 271/283;

b) das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Cairo Ramos e Antônio Manoel Soares (fls. 146/167 e anexos de fls. 168/222) e pelos Srs. José Gaspar de Souza, Celso Renato Pitanguy Lucena e José Dimas Simões Machado (fls. 228/245) para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;

II. julgue:

a) com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o disposto no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas do Sr. Paulo Vítor Rada de Rezende (Diretor-Presidente, no período de 1º.1 a 3.1.2007), Alexandre Gonçalves (Diretor de Administração, no período de 1º.1 a 29.1.2007) e Luiz

<sup>5</sup> Determina aos Secretários de Estado, Presidentes de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias e Fundações promover a revisão dos contratos administrativos e dá outras providências.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3



Gonzaga Rodrigues Lopes (Diretor Técnico, no período de 1º.1 a 29.1.2007);

b) com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Cairo Ramos (Diretor Financeiro e Comercial, no período de 1º.1 a 31.12.2007), Antônio Manoel Soares (Diretor de Operação e Manutenção, no período de 1º.1 a 29.1.2007 e Diretor de Administração, no período de 30.1 a 31.12.2007), José Gaspar de Souza (Diretor-Presidente, no período de 4.1 a 31.12.2007), Celso Renato Pitanguy Lucena (Diretor Técnico, no período de 30.1 a 31.12.2007) e José Dimas Simões Machado (Diretor de Operação e Manutenção, no período de 30.1 a 31.12.2007), em razão das seguintes impropriedades apontadas no Processo nº 11.679/07 (Acórdão nº 016/2010):

a) contribuir para a criação de situação emergencial;

b) autorizar a dispensa de licitação para contratação emergencial da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. (serviço de limpeza e conservação);

III. considere, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/98 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis quites com o erário distrital, no que se refere à estas contas anuais;

IV. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

V. autorize:

a) a devolução do Processo nº 097.000.257/2008 à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF; e

b) o retorno destes autos à Secretaria de Contas para



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3



adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

**DIGITALIZADO**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

**ACÓRDÃO Nº ...../16**

**Ementa:** Prestação de Contas Anual dos Administradores da Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF, referente ao exercício de 2007. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

**Processo TCDF nº 15.962/08**

**Apenso nº: 097.000.257/08**

**Nome/Função/Período:**

Nome	Cargo	Período (2007)
Paulo Víctor Rada de Rezende	Diretor-Presidente	1º/1 a 3/1
Alexandre Gonçalves	Diretor de Administração	1º/1 a 29/1
Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes	Diretor Técnico	1º/1 a 29/1

**Órgão/Entidade:** Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

**ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2016**

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
Presidente

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro – Relator

**Fui presente:**

**Representante do MP**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 15.962/08

Rubrica

## ACÓRDÃO Nº ...../16

**Ementa:** Prestação de Contas Anual dos Administradores da Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF, referente ao exercício de 2007. Contas julgadas, regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

**Processo TCDF nº 15.962/08**

**Apenso nº: 097.000.257/08**

**Nome/Função/Período:**

Nome	Cargo	Período (2007)
José Gaspar de Souza	Diretor-Presidente	4/1 a 31/12
Antônio Manoel Soares	Diretor de Operação e Manutenção Diretor de Administração	1º/1 a 29/1 30/1 a 31/12
Celso Renato Pitanguy Lucena	Diretor Técnico	30/1 a 31/12
Cairo Ramos	Diretor Financeiro e Comercial	1º/1 a 31/12
José Dimas Simões Machado	Diretor de Operação e Manutenção	30/1 a 31/12

**Órgão/Entidade:** Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Síntese de impropriedades/falhas apontadas no Processo nº 11.679/07 (Acórdão nº 016/2010):**

- a) criar situação emergencial; e
- b) autorizar a dispensa de licitação para contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.;

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2016

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s)..... **Representante**

**do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
Presidente

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro – Relator

**Fui presente:**

**Representante do MP**